

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista Território Livre**, Rio de Janeiro: n. 2, 24p., 1997.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A "Idade de Ouro" de Salvador. **Revista Território Livre**, Rio de Janeiro: n. 4, 14p., 1998.

Márcia da SILVA**

Os processos que levam a urbanização são diferenciados. As cidades e seus produtos, também o são. A identificação dessas diferenciações pode ser facilmente feita na prática, mas é indispensável a reflexão teórica para entendê-las. Em ambos os casos está em questão a compreensão global dos processos, seus efeitos imediatos e mediatos e os aspectos prospectivos que podem ser levantados a partir deles.

Dentro da Geografia Urbana, quando se privilegia os aspectos da paisagem (o patrimônio construído) é onde mais se verifica a materialização do passado. Mas, qual a importância de se estudar algo que o tempo deixou para trás? Qual o significado que esse estudo tem revelado para a Geografia?

Muitos pesquisadores (além dos historiadores), têm se comprometido com a busca dessas respostas nos últimos anos. Conceitos como "passado", "memória" e "história", apesar de serem considerados diferentes em sua gênese, demonstram a preocupação com algo que não existe na atualidade com as mesmas funções e níveis de importância que tiveram em outro período histórico.

Neste sentido, Maurício de Almeida Abreu (1997) demonstra "a flor e o espinho" quando discorre sobre a "maravilha e o perigo" de se estudar a memória das cidades. O porquê da valorização atual do passado, a busca de "memória urbana" no Brasil, as memórias individual e coletiva, a cidade como lugar de memória, memória e História e memória e Geografia são trabalhadas de forma a esclarecer quaisquer equívocos teóricos que possam carregar esses temas.

Enquanto elemento da subjetividade, a memória é individual e, por isso, periga fazer-se dela o que bem entender, distorcendo o real significado dos acontecimentos. Isso se dá porque as pessoas podem manipulá-la ou, simplesmente, considerá-la além do vivido, considerá-la como imaginário.

Concordando com Milton Santos (1994), que tem o espaço como "a acumulação desigual de tempos", a memória, neste sentido, é a acumulação desigual de experiências, posto ser o resultado das relações estabelecidas pelos sujeitos durante a sua existência em um determinado lugar. Portanto, se há a possibilidade da ação, se há o estabelecimento de relações condicionadas em tempos e espaços desiguais, há elementos que permitem a formação de uma memória coletiva.

Maurice Halbwachs (1990) sugere que esta memória, ao basear-se em lembranças de grupos sociais que vão sendo substituídos ao longo da História, permanecendo apenas os seus registros, transforma-se, impreterivelmente, em memória histórica. Nos lembra, porém, Pedro de Almeida Vasconcelos (1998), que só os registros não nos garantem o entendimento da História. Nos "hiatos temporais" não houve História?

Assim, as relações no cotidiano das pessoas pautam-se em lugares que são, ao mesmo tempo, passado e presente, lembrança e esperança, construção e desconstrução ... E são esses lugares que garantem a memória coletiva e não apenas o processo social neles ocorrido. A história das cidades, então, é a história de determinados elementos que as caracterizam, que as singularizam e que as fazem diferenciadas umas das outras. É a história da reapropriação/revitalização de determinados espaços pela sociedade.

A partir daí o estudo da memória das cidades tem como respaldo a análise espacial e o entrecruzamento de processos sincrônicos e diacrônicos. Sabendo que o presente dos lugares, em termos estruturais, não existe (pois as mudanças durante os processos não destroem todas as formas do passado), para a posterior valorização da memória, faz-se necessário preservá-lo e registrá-lo, mesmo sem saber o que o futuro considerará importante. É isso que Maurício de Almeida Abreu (1997) sugere e defende.

Apesar do Brasil ser um país jovem, sem muita tradição em revitalizar, e nem mesmo em preservar a sua memória, o estudo de Pedro de Almeida Vasconcelos (1998) é um exemplo desta tentativa pretérita, pois faz uma relação entre a arquitetura da cidade de Salvador e as atividades econômicas que deram subsídio à construção de seus monumentos, demonstrando os elementos que caracterizaram os espaços público e privado, especialmente na chamada "Idade de Ouro" (1640-1763).

* Trabalho apresentado como exigência da disciplina "Urbanização e Produção da Cidade", ministrada pela prof. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito.

** Mestranda no Curso de Pós-Graduação em Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060-900 - Presidente Prudente - SP - Brasil.

Num primeiro momento, a atividade açucareira parece ter sido a responsável por esse padrão arquitetônico, principalmente as igrejas, devido ao caráter religioso de sua população, que oferecia grandes doações para a construção dessas instituições ou para a decoração mais sofisticada das já existentes.

Algumas singularidades foram responsáveis pela edificação de monumentos em Salvador. A presença do Estado português dá início as fortificações para a segurança da cidade e a elevação à sede do arcebispado da América leva a um investimento ainda maior em novas igrejas.

Num segundo momento, a descoberta de ouro em Minas Gerais vai fortalecer as atividades comerciais, surgindo um outro montante de pessoas dispostas a investir na arquitetura da cidade. É claro que estes investimentos não eram simples colaborações à construção e embelezamento da mesma, mas sim formas de demonstrar a toda a sociedade o poder que essas pessoas possuíam, tanto econômico, como ideológico.

Além dos processos e agentes já citados, outros influenciaram e sustentaram diretamente este rico padrão. Os traficantes de escravos, os emprestadores de dinheiro, os plantadores de cana e fumo, os grandes criadores de gado, as ordens religiosas e as irmandades.

Com o passar do tempo, apesar da estagnação econômica provocada por fatores internos e por diversos atrativos em outras regiões do Brasil, a cidade de Salvador torna-se exemplo de um período áureo, no qual as pessoas procuraram preservar seu poder de dominação através de investimentos em grandes obras arquitetônicas, que beneficiaram, direta ou indiretamente, seus interesses pessoais.

É neste sentido que cabe à Geografia o papel de sintetizar e recuperar, simultaneamente, a história *no e do* lugar, fazendo a intersecção de processos sociais que se desenvolveram em diversas escalas.

Como a memória é passível de manipulações, mesmo a memória histórica, é necessário sua inter-relação com a História e com a Geografia (ciências com as quais possui limites mais tênues). Isso não significa, porém, que a fidelidade das lembranças passadas se fará. Mas há uma diferença considerável. As duas últimas têm como primordial a busca da verdade, da objetividade, através de um método científico, que coloca sempre à prova os resultados alcançados. Além disso, há a possibilidade de reinterpretação constante dos mesmos.